



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco A – Sala 412 - CEP: 70.054-906 – Brasília, DF
(61) 2030-1607 – caisan@mds.gov.br

Subsídios da CAISAN, XVI Plenária do CONSEA, “Educação alimentar e nutricional na promoção a segurança alimentar e nutricional”

Brasília, setembro de 2014.

Com o intuito de subsidiar os debates sobre Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na XVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e dialogar com seus principais desafios, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) elaborou o presente documento com informações sobre as ações que vêm sendo realizadas pelos diferentes setores do governo em relação a esta temática.

As ações serão apresentadas de acordo com a agenda pública de educação alimentar e nutricional do *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Os cinco eixos de ação da agenda, listados a seguir, visam consolidar a EAN de forma articulada por meio de ações estruturantes, efetivando-a como uma ação estratégica para a promoção e para a garantia da saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O Marco de Referência tem o objetivo de promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela educação popular do conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, e contemplando os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do governo federal.

Dessa forma, o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* pretende apoiar os diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangências, possam alcançar o máximo de resultados, avançando para uma concepção de educação em sintonia com as diferentes realidades e com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.



1. Conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

De acordo com o conceito apresentado pelo Marco de Referência, a **Educação Alimentar e Nutricional**, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é um **campo de conhecimento e de prática contínua e permanente**, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que **visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis**. A prática da EAN deve fazer uso de

abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”.

2. O caminho para a consolidação da Educação Alimentar e Nutricional na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

As ações de Educação Alimentar e Nutricional vem se consolidando como uma das estratégias para a garantia do DHAA por meio da promoção da alimentação adequada e saudável. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a promoção do consumo sustentável, da sociobiodiversidade e da alimentação saudável.

A instituição de processos permanentes de EAN, pesquisa e formação nas áreas de SAN e DHAA constitui-se em uma das Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), desde a sua instituição por meio do Decreto nº 7.272/2010.

A EAN foi incorporada como um Objetivo do Programa de SAN no Plano Plurianual (PPA 2012/2015) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015), colocando-se como um dos desafios no âmbito do planejamento de governo para o período. Neste sentido, uma das metas do PLANSAN2012/2015 para atingir os objetivos estabelecidos no PPA foi a elaboração do *Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutrição para as Políticas Públicas*.

Visando elaborar um documento de forma colaborativa e articulada entre os setores afetos ao tema, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) constituiu em 2011 um Grupo de Trabalho (GT) intersetorial. Além do MDS, integraram o GT, os Ministérios da Saúde (MS) e da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), Conselho federal de Nutricionistas (CFN), Universidade de Brasília (UnB) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O processo de elaboração, conduzido pelo MDS em parceria com a UnB, teve quase dois anos de duração, envolvendo cerca de 1.500 pessoas por meio de três momentos presenciais: 1) Encontro "Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes", Brasília, outubro de 2011, 160 participantes; 2) Atividade Integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional", realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Salvador, novembro de 2011, 27 participantes; 3) Oficina de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas" - World Nutrition Rio2012, abril de 2012, 59 participantes; E um a distância: 1) “Consulta Pública Online do Marco de Referência” realizada entre os dias 05 de junho e 07 de julho de 2012, 779 acessos.

O *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*, lançado em novembro de 2012, foi fruto deste processo de construção participativa e estabeleceu **conceito, princípios e campos de prática**, bem como a **agenda pública de EAN**.

Os **princípios** estabelecidos no Marco para as ações de EAN se somaram aos princípios estruturantes de cada setor (SISAN, SUS, Educação - PNAE). São eles:

- i. Sustentabilidade social, ambiental e econômica;
- ii. Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade;
- iii. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas;
- iv. A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória;
- v. A Promoção do autocuidado e da autonomia;
- vi. A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos;
- vii. A diversidade nos cenários de prática;
- viii. Intersetorialidade e
- ix. Planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Com relação aos **campos de prática**, o Marco de Referência reforça que as ações de EAN são realizadas pelo setor público nos diferentes níveis de gestão (federal, estadual, municipal, local e regional); nas diferentes áreas (saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, educação, agricultura/ desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, trabalho, cultura) e nos diferentes equipamentos públicos (saúde: unidade básica de saúde, academias da saúde, ambulatórios, hospitais; assistência social: equipamentos socioassistenciais; SAN: restaurante popular, cozinha comunitária, banco de alimentos; educação: escolas, creches, universidades; esporte e lazer: centros desportivos e áreas de lazer, clubes; trabalho: empresas do PAT; ciência e tecnologia: centros vocacionais tecnológicos; abastecimento: CEASAs, feiras, mercados e sacolões; e cultura: pontos de cultura).

Com relação à **agenda pública**, foram estabelecidos pelo Marco cinco eixos de atuação. O próximo ponto do documento apresentará as ações de EAN que vêm sendo realizadas pelos diferentes setores do governo federal, organizadas de acordo com os cinco eixos apresentados no Marco de Referência.

3. A agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional

a) Agenda estratégica e de articulação intersetorial e federativa

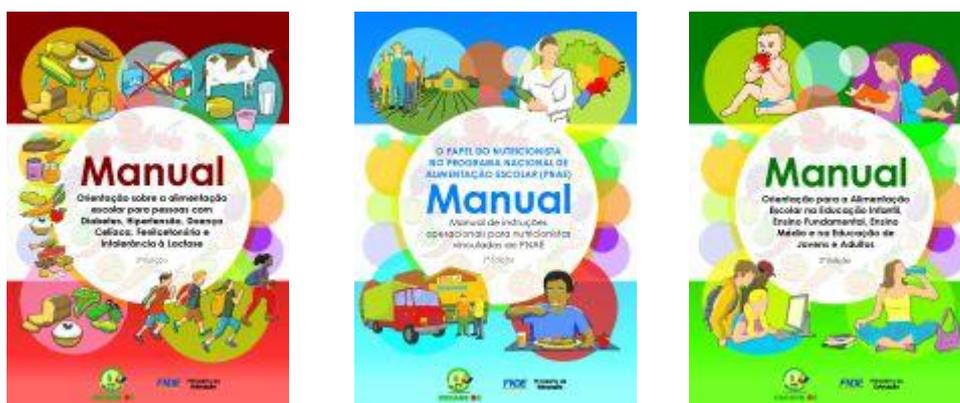
Em relação à *elaboração de materiais de apoio, fortalecimento, estruturação e desenvolvimento de ações de EAN nos diferentes setores da ação pública*, destaca-se a articulação da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) na elaboração **dos Cadernos de Educação Alimentar para os serviços socioassistenciais**. Os cadernos (teórico e de atividades) têm por objetivo subsidiar atividades que envolvem as temáticas do direito humano à alimentação



adequada e da alimentação adequada e saudável realizadas nos serviços socioassistenciais, principalmente nos 7.800 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O material traz algumas possibilidades e caminhos a serem seguidos para o enfrentamento do grave problema da má alimentação e suas consequências como o sobrepeso e obesidade, que se expressam em maior carga de doenças e redução da qualidade de vida da população. O MDS adotou estratégias de divulgação dos cadernos como o envio de ofício para todos os CRAS, realização de oficinas no Congresso de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e divulgação no Informe Caisan e redes sociais.

Destacam-se, também, as cartilhas e manuais elaborados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): em parceria com o Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE - SC): a) “Manual: Orientação sobre alimentação escolar para pessoas com Diabetes, Hipertensão, Doença Celíaca, Fenilcetonúria e Intolerância à Lactose”; b) “Manual de Instruções Operacionais para Nutricionistas do PNAE”; e c) “Manual de orientação sobre a alimentação escolar nas diferentes etapas de ensino”.

Esses materiais foram elaborados com objetivo de subsidiar os nutricionistas e profissionais da educação no desenvolvimento e operacionalização das atividades.



Além disso, no site do FNDE, encontram-se disponíveis (<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>), folders sobre os eixos de execução do Programa Nacional de Alimentação escolar (objetivos e diretrizes, educação alimentar e nutricional, alimentação e nutrição, agricultura familiar, controle social, conselho de alimentação escolar, execução financeira, prestação de contas, controle institucional e parceiros).

Com intuito de ampliar a divulgação e comunicação de projetos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito da alimentação escolar, em 2007, o FNDE criou, por meio de parcerias com os Centros Colaboradores de Alimentação Escolar, a Rede Brasileira de Alimentação Escolar – REBRAE (www.rebrae.com.br). Essa rede tem se destacado por trocas de experiências entre os profissionais do PNAE que compartilham experiências por meio de perguntas e respostas sobre alimentação e nutrição nas diferentes etapas da vida e modalidades de ensino. Desde 2011, houve aproximadamente 2 milhões de acessos a essa página, com uma média de 1.400 acessos por dia.



Com objetivo de *estabelecer mecanismos de divulgação de boas práticas em EAN nos diversos setores* o MDS desenvolveu, em parceria com o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN/UnB), a **rede virtual Ideias na Mesa** (<http://www.ideiasnamesa.unb.br>). A rede se destina ao compartilhamento de experiências de EAN vivenciadas no Brasil e tem por objetivo o fortalecimento e valorização da EAN, bem como o estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos. A rede é destinada a todos os envolvidos e interessados em EAN, sejam eles profissionais, estudantes, docentes, pesquisadores de diferentes áreas e setores.

Já são 196 experiências compartilhadas, 3.000 usuários (este número duplicou em um ano), 8.327 fãs e em média 56 mil visualizações da página do Facebook por dia. Os últimos levantamentos sobre o acesso à plataforma e às outras mídias sociais relacionadas a ela (Blog, Facebook e Twitter) mostram que o *Ideias na Mesa* tem se disseminado rapidamente e suas publicações estão sendo vistas diariamente por milhares de pessoas.



No site, é possível buscar e compartilhar experiências, arquivos e materiais didáticos, realizar cursos à distância, participar de bate-papos *online* (*hangouts*) e fóruns de discussão; acessar revistas temáticas (já publicadas sobre desperdício de alimentos, obesidade e alimentos orgânicos); receber o boletim ideias na mesa (enviado aos usuários), conferir vídeos, artigos e publicações em nossa biblioteca; e, ficar por dentro das últimas novidades e eventos relacionados ao tema.

Desde 2004, a Rede Social de Nutrição do SUS – RedeNutri, desenvolvida em parceria pela CGAN/MS, OPSAN/UnB e OPAS/OMS, vem se consolidando como uma ferramenta estratégica para apoiar a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a interlocução entre os profissionais que atuam nas diferentes esferas de gestão e atenção à saúde do SUS. Em 2009 a RedeNutri está abrigada em um ambiente virtual denominado ‘Espaço Colaborativo’: o ECO RedeNutri, gerido pelo Centro Latino Americano de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/OPAS/OMS), por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Atualmente conta com mais de 20 mil usuários cadastrados. Nesse ambiente, os integrantes da Rede tem à disposição diferentes ferramentas tecnológicas: mural de notícias e recados, armazenamento de arquivos, disponibilização de blogs e chat, páginas e documentos colaborativos, montagem de coleção de links, sessão de perguntas e respostas, fóruns de discussão, boletins, agenda e calendário de eventos, cursos à distância na modalidade de auto aprendizado.

Os cursos de auto aprendizado, disponibilizados a partir de 2011, estão entre as ferramentas mais acessadas. Estão disponíveis os seguintes cursos: Dialogando sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, no contexto da Atenção Básica à Saúde; Redes de Atenção à Saúde; Programa Nacional de Melhoria da Qualidade e Acesso na Atenção Básica; Cantinas Escolares Saudáveis; Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (Andi); Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó – NutriSUS. Serão lançados ainda em 2014 os cursos sobre Prevenção de Carências Nutricionais e Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica. Para 2015, estão previstos cursos sobre Educação Alimentar e

Nutricional no SUS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Contribuições para a Atenção Nutricional.

No setor saúde, as ações de Educação Alimentar e Nutricional acontecem em todos os pontos da Rede de Atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, como a alimentação, a saúde também é um direito de todos e é dever do Estado garantir o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. A Atenção Básica é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde, onde ocorre grande parte das ações de educação e promoção da saúde. Atualmente no país, são mais de 40 mil Unidades Básicas de Saúde (Atenção Básica) que dão capilaridade às ações para todas fases do ciclo da vida. Ainda na Atenção Básica, o Programa Saúde na Escola (PSE), programa intersetorial (Saúde e Educação) em que profissionais de saúde e profissionais de educação desenvolvem ações nas escolas, é um potencializador das ações de EAN nos territórios. . Em 2013, fizeram a adesão ao programa 4.863 municípios, 30.068 equipes de saúde, 80.435 escolas, 18.726.458 educandos. No contexto da saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Política Nacional de Promoção da Saúde são os marcos legais, cujas diretrizes incluem a promoção da alimentação adequada e saudável.

Desde 2006, o Ministério da Saúde financia ações de alimentação e nutrição para estados e municípios por meio do Fundo de Alimentação e Nutrição (FAN), o qual pode ser utilizado para estruturar e implementar ações de EAN. Além desse financiamento específico, os municípios contam com outros financiamentos para a Atenção Básica, como Piso de Atenção Básica Fixo; Piso de Atenção Básica Variável; Piso da Vigilância em Saúde; Núcleos de Apoio à Saúde da Família; Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica, Programa Saúde na Escola/ Semana Saúde na Escola, construção e custeio de Pólos do Programa Academia da Saúde e compra de equipamentos antropométricos para equipar Unidades Básicas de Saúde e Pólos do Programa Academia da Saúde. Todos esses investimentos do Ministério da Saúde possibilitam aos municípios o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável.

Para subsidiar a implementação de ações pelos profissionais, o Ministério da Saúde publica sistematicamente diretrizes de Alimentação Adequada e Saudável. O Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos e o Guia Alimentar para a População Brasileira são instrumentos para apoiar a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional direcionadas a indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo com a promoção da saúde e da garantia da segurança alimentar e nutricional. A primeira edição do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras foi publicada em 2002 e os Dez Passos para Alimentação Saudável de Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos foi revisado em 2012. Já a primeira edição do Guia Alimentar para População Brasileira foi publicada em 2006 e, entre 2012 e 2014, o Ministério da Saúde organizou seis etapas de mobilização, participação e discussão da 2ª edição do Guia Alimentar para a População Brasileira cuja publicação será lançada em 30 de outubro durante 14ª Expoepi.

Em 2002 foi publicado pelo MS o livro “Alimentos Regionais Brasileiros”, que tem como objetivo principal divulgar a imensa variedade de frutas, hortaliças, tubérculos e

leguminosas de todas as regiões brasileiras, contribuindo para orientar seu uso em preparações culinárias e resgatar, valorizar e fortalecer a cultura alimentar brasileira. Nesse sentido, apoia a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável. .

A revisão deste material será lançada ainda em 2014 e traz - além de novos alimentos por região - receitas culinárias, dicas de como cozinhar com mais saúde e uma lista de possíveis substituições para as preparações desenvolvidas, ressaltando nossa diversidade cultural. Com este material pretende-se resgatar e despertar o interesse para a vasta quantidade de alimentos regionais presentes em todas as regiões brasileiras e típicos da nossa flora e fauna, de forma a contribuir para a melhoria da alimentação da população.

Além dos Guias Alimentares, outros materiais que contribuem com ações de EAN são disponibilizados pelo MS: Cartilha com preparações regionais para crianças de 06 a 24 meses; cartilha sobre os Dez passos para crianças; Vídeo sobre os Dez Passos da Alimentação Saudável para crianças brasileiras menores de dois anos; Série Dez Passos da Alimentação Saudável para gestantes, idosos, adolescentes, escolares e crianças; Manual de Alimentação Saudável para pessoa idosa; Publicação de Cadernos de Atenção Básica (CAB) com conteúdo de alimentação saudável - CAB Aleitamento Materno e Alimentação Complementar - CAB de Saúde da Criança; CAB de pré-natal; CAB Obesidade; CAB Diabetes; CAB Hipertensão; CAB Saúde do Idoso.

Na perspectiva de apoiar a organização de ações de Alimentação e Nutrição no Programa Saúde na Escola (PSE) e nos Polos do Programa Academia da Saúde, o Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e com a Universidade Federal de Minas Gerais, respectivamente, está desenvolvendo material temático de alimentação e nutrição para subsidiar ações desenvolvidas pelos profissionais da saúde e da educação.

Na educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio da inclusão do tema Educação Alimentar e Nutricional no Manual operacional para educação integral da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), garantiu a implementação da EAN nas unidades executoras que aderem ao Programa Mais Educação, macrocampo horta escolar.

Em 2012, o MEC e o Ministério da Saúde realizaram a semana da saúde nas escolas, em que foram desenvolvidas ações de Educação Alimentar e Nutricional para o alunado. Outra ação do MEC foi o seminário para discutir Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o qual insere no debate a alimentação escolar quilombola, haja vista a especificidade das necessidades nutricionais das comunidades remanescentes de quilombos.

Considerando a necessidade de ações que viabilizem a incorporação de temas de alimentação, saúde e nutrição nos currículos e nos projetos pedagógicos das escolas, o FNDE estabeleceu por meio da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, as ações de EAN para fins do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Outra ação em destaque ocorreu em 2014, no FNDE, por meio da Diretoria de Ações Educacionais, que inseriu no Guia de seleção dos Livros Didáticos, utilizados pelos educadores de escolas públicas de todo o país, uma nota sobre a importância do desenvolvimento de ações de EAN nas escolas, na perspectiva do alimento como ferramenta pedagógica.

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, destacam-se a execução de ações de apoio, pesquisa e extensão, por meio dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes), parceiros do FNDE: 1) Entre 2011 a 2013, o Cecane da Universidade Federal de Goiás (Cecane/UFG) realizou uma pesquisa em âmbito nacional sobre ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros, cujos resultados tornam-se ferramenta no processo de tomada de decisão no fomento da EAN na alimentação escolar; 2) O Cecane da Universidade Federal da Bahia (Cecane/UFBA) realizou a Pesquisa Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: estratégias de discussão com profissionais de educação; 3) O Cecane da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cecane/UFRGS) realizou o projeto Cecane na escola, que consiste na elaboração de uma proposta de apoio aos municípios para a promoção e o desenvolvimento de ações de EAN e promoção de Saúde;

a) Agenda voltada para a formação

No que se refere ao *investimento na formação dos profissionais e educação permanente, considerando as necessidades de formação e desenvolvimento dos profissionais e seu campo de ação* a rede Ideias na Mesa lançou em fevereiro de 2014 o **curso Educação Alimentar e Nutricional: uma estratégia para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada**. O curso de autoaprendizagem acontece na modalidade à distância e com carga horária de 30 horas é destinado a profissionais que atuam com as famílias do Programa Bolsa Família, mas todos os interessados podem participar. O conteúdo está distribuído em três módulos: DHAA, exigibilidade dos Direitos Humanos e o papel da EAN como estratégia para fortalecer o empoderamento e a autonomia das famílias. O curso está disponível no site www.ideiasnamesa.unb.br, em Biblioteca - Cursos.



Outra iniciativa do MDS, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é o **curso Educação Alimentar e Nutricional no Contexto do Programa Bolsa Família**, que tem por objetivo qualificar os profissionais que atuam nos diferentes setores (assistência social, saúde educação) no sentido de garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável, por meio do aprimoramento das práticas de Educação Alimentar e Nutricional nos estados e municípios. Foram selecionados 1.240 profissionais, as atividades do curso iniciaram em agosto, o curso conta com carga horária de 188h, e finalizará em janeiro de 2015.



Para apoiar a *atuação de profissionais nutricionistas nos diversos setores* (saúde, educação, assistência, agricultura) o MDS, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), está desenvolvendo um **projeto para contribuir na qualificação destes profissionais em agenda intersetoriais**, principalmente no que se refere à implementação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional nos diversos setores, ao papel deste profissional na modalidade compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos e no estímulo ao consumo sustentável de alimentos.

Visando fomentar o desenvolvimento de projetos de extensão de EAN, o MDS publicou, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Chamada CNPq/MDS-SESAN N º 027/2012. A chamada investiu R\$ 3 milhões em projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional. Os projetos devem subsidiar programas e projetos na área de segurança alimentar e nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo governo federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares locais e de alimentação e nutrição de coletividades humanas. Os projetos consideram a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção de alimentação adequada e saudável. Dentre as 144 (cento e quarenta e quatro) instituições que enviaram propostas de 23 Unidades da Federação, 27 foram selecionadas (anexo 1). Os projetos estão em execução e em outubro de 2014 o MDS, em parceria com e rede Ideias na Mesa, realizarão um fórum com os pesquisadores visando à troca de experiências e aproximação entre pesquisadores e o Governo Federal.

Em relação ao *Investimento na educação permanente dos docentes responsáveis pela disciplina de EAN* está em curso na rede Ideias na Mesa **um fórum de professores que lecionam na disciplina.** Foram enviados convites para cerca de 352 instituições (públicas e privadas). Além do fórum, a rede enviará em setembro de 2014 um **convite aos alunos convidando-os a enviar/compartilhar seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)**, que abordem a temática, na rede Ideias na Mesa.

A *Estratégia Amamenta e Alimenta* é uma ação do Ministério da Saúde que visa contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. A ação visa a qualificação das ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos de idade e aprimorar as competências e habilidades dos profissionais de saúde para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar como atividade de rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A estratégia também visa divulgar as recomendações constantes no Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos. A Estratégia tem por base a educação crítico-reflexiva e a **formação de tutores que são responsáveis por apoiar no mínimo uma UBS** no planejamento das ações de promoção da alimentação saudável para crianças menores de dois anos. As UBS que cumprirem uma série de critérios que visam contribuir com a alimentação saudável são certificadas na ação. Durante o ano de 2013 e primeiro semestre de 2014 foram formados 2.022 tutores. Também está em fase de finalização um curso de educação à distância para apoiar os profissionais da Atenção Básica na promoção da alimentação saudável para crianças menores de dois anos. O Curso terá dois módulos, sendo o primeiro sobre aleitamento materno e alimentação complementar e estará aberto para o público em geral e um sobre a estratégia e será destinado aos tutores.

Para apoiar a formação de gestores do SUS e profissionais da Atenção Básica, o Ministério da Saúde, por meio da Fiocruz, lançou dois **cursos de educação à distância em nível de especialização.** Ambos os cursos propõem utilização de metodologia para definição de intervenções com base na realidade, sendo um dos eixos, intervenções de educação alimentar e nutricional.



Visando fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a alimentação escolar, no que se refere a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social, o Programa Formação Pela Escola, do FNDE, formou até o ano de 2013,

aproximadamente, 14 mil agentes, por meio de curso de formação à distância, em uma plataforma virtual de ensino.

Outra importante ação de formação desenvolvida em parceria entre o FNDE e o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília é o **Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia**. Este projeto tem como objetivo instrumentalizar multiplicadores (nutricionistas, coordenadores pedagógicos, coordenadores de alimentação escolar, representantes da área de meio ambiente e hortas e do Conselho de Alimentação Escolar) a desenvolverem ações de educação alimentar e nutricional, por meio de hortas escolares, em 700 municípios e/ou secretarias estaduais de educação.



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entende que a principal estratégia para o fortalecimento dos atores sociais do PNAE – gestores, nutricionistas, agricultores, conselheiros de alimentação escolar – consiste no conhecimento, na troca de experiências e no debate sobre a política para melhorar a gestão da alimentação escolar, considerando a interface do Programa com outras políticas governamentais e o respeito às diversidades alimentares regionais e culturais do país. Desse modo, a autarquia promoveu, em 2013, dois encontros regionais (Pará e Piauí) para nutricionistas com o objetivo de oferecer informações técnicas e práticas focadas na temática de EAN. Cada formação contou com a participação de aproximadamente 300 nutricionistas.

Ainda, com a intenção de fomentar ações de EAN no âmbito do PNAE, o FNDE estabeleceu parceria com a ONG Ação Fome Zero em que idealizaram o Prêmio Gestor Eficiente da Alimentação Escolar, cujo objetivo é induzir boas práticas de gestão. Outra ação conjunta com a ONG foram os encontros para conselheiros de alimentação e atores envolvidos no Programa. Em 2013, foram realizadas 15 capacitações em todas as regiões do Brasil e contou com a participação de mais de 5000 atores de aproximadamente 600 municípios brasileiros.

O FNDE promoveu em 2014, Encontros Técnico de Conselheiros de Alimentação Escolar e oficinas temáticas do PNAE, em parceria com Secretarias de Estado de Educação e outros órgãos e entidades, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Foram realizadas 11 (onze) capacitações nos estados de Goiás, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Roraima, Amapá, Ceará, Pernambuco, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso e Acre.

Cada formação contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas – conselheiros de alimentação escolar, nutricionistas e gestores – e abordou temas essenciais para a execução da política nacional de alimentação escolar: o papel do controle social na política de alimentação escolar; agricultura familiar; processo licitatório; educação alimentar e nutricional; aspectos nutricionais da alimentação escolar; e sistemas virtuais de prestação de

contas do FNDE: Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) e Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON).

Os encontros obtiveram aprovação dos participantes superior a 80% e contaram com a participação de membros do Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas dos Estados, Vigilância Sanitária estadual, Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecanes) e de técnicos do FNDE e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

b) Agenda de articulação e mobilização social

No que se refere à *implantação de uma rede de educação alimentar e nutricional* destaca-se o lançamento da **rede Ideias na Mesa** em novembro de 2012, já mencionada no primeiro eixo.

O MDS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Serviço Social do Comércio (SESC) Mesa Brasil, o Instituto de Promoção do Desenvolvimento, a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e a Associação Brasil Orgânico e Sustentável, desenvolveu a **campanha Brasil Orgânico e Sustentável** para promover a produção e o consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis no país, com a consequente geração de benefícios sociais e ambientais associados. Durante a Copa foram distribuídos 20 mil kits-lanche com alimentos orgânicos e sustentáveis aos voluntários do programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte. Nessa ação, foram envolvidas nove cooperativas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Acre e Pernambuco que beneficiaram juntas 7.831 famílias. Os produtos foram adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional. A outra ação da Campanha foram os chamados Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável, os quais foram montados em 10 cidades sede e aproximadamente 60 empreendimentos da agricultura familiar realizaram venda direta de seus produtos durante sete dias de funcionamento. Empreendimentos da região norte do país tiveram a oportunidade de divulgar seus produtos na região sul do país e produtos das regiões nordeste, centro-oeste e sul transitaram por várias regiões do país. Os empreendimentos participantes beneficiaram, ao todo, 17.075 famílias e comercializaram um total de R\$ 128.341,80, com destaque para Brasília, Porto Alegre e Natal. A campanha terá novas frentes e será fortalecida a cada ano.



Uma das novas frentes é a possível parceria entre o MDS e a Unimed do Brasil, com vistas à realização de ações de educação alimentar e nutricional, por meio da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável. Tal parceria se dará no escopo do Sistema Unimed, por meio dos eixos de ação que compreendem a Educação em Saúde e Educação Continuada, com o objetivo maior de aumentar o nível de conhecimento da população para um consumo sustentável, bem como de ampliar e diversificar os canais de comercialização dos produtos orgânicos e da agricultura familiar.

Com objetivo desenvolver ações de EAN relacionadas ao setor de abastecimento, foi



constituído um grupo de trabalho intersetorial e articulado, composto pelos seguintes parceiros: Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde (MS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT). A primeira ação

“Campanha de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras nas CEASAs” foi lançada em dezembro de 2012 durante o Encontro Nacional das Centrais de Abastecimento – Abracen. Atualmente o grupo de trabalho centra esforços no desenvolvimento da segunda fase do projeto, para saber mais acesse: <http://www.ceasa.gov.br/publicador/gesin/campanhaflv.php>.

Para subsidiar as estratégias de fomento ao uso de alimentos provenientes da agricultura familiar e de alimentos orgânicos, em 2013, o FNDE, realizou a pesquisa intitulada: Análise de Resultados da Pesquisa: “Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar”, em parceria com o CECANE-SC. Os resultados evidenciaram o panorama da compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no Brasil, O panorama da compra de alimentos orgânicos pelo PNAE no BRASIL, e, as Dificuldades encontradas pelos municípios brasileiros na compra de alimentos da agricultura familiar e orgânicos para o PNAE.

O Ministério da Saúde desenvolve anualmente campanhas de mobilização para a promoção do aleitamento materno durante o mês de agosto e de doação de leite materno durante o mês de outubro. No ano de 2012 e 2013, no âmbito do Programa Saúde na Escola, o tema da Semana Saúde na Escola foi obesidade, fazendo com que os municípios que aderiram a esta campanha desenvolvessem ações de vigilância alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável. Em 2013, 3.747 municípios, 20.737 Equipes de Saúde e 43.560 Escolas participaram da ação.

Com a finalidade de aumentar o consumo regular de pescado no Brasil, o Governo Federal, por meio do Ministério da Pesca e Aquicultura, tem investido na realização da Semana do Peixe desde 2003. A campanha é importante tanto para a economia do país, quanto para a área da saúde, visto que estimula a produção para o mercado interno, contando com a participação de supermercados, bares e restaurantes, escolas, centros de saúde, empresas e instituições. Além disso, prevê a realização de eventos gastronômicos, cursos, palestras, seminários, promoções de pescado em supermercados, distribuição em caminhões-feira, povoamento de alevinos (filhotes de peixe) em açudes e represas e distribuição de cartazes e cartilhas informativas com orientações sobre aquisição de pescado de qualidade. Durante a campanha realizada em 2012 em parceria com o Ministério da Saúde, o consumo de pescado durante a campanha aumentou 20% e o preço baixou 24%.

Em relação à manutenção de uma agenda de encontros nacionais para troca de experiências, a III Mostra de Experiências de Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde foi realizada em 2012 promover o intercâmbio de inovações e conquistas para

implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) realizadas por profissionais atuantes na gestão e na atenção em saúde nos estados e municípios. A realização da Mostra aconteceu junto ao XXII Congresso Brasileiro de Nutrição e recebeu mais de 200 trabalhos e proporcionaram reflexões importantes para a implementação da PNAN.

Em 2014 foi realizada a IV Mostra Nacional de Experiências em Atenção Básica/Saúde da Família que teve como propósito a valorização das experiências cotidianas e o estímulo ao protagonismo local de trabalhadores, gestores e usuários da Atenção Básica do Brasil. Proporcionando espaços de intercâmbio de experiências, o encontro contribuiu com a reflexão e constante melhoria na produção do cuidado em saúde nos serviços da atenção básica. Ao todo, foram apresentados 910 relatos na modalidade cirandas de experiências e 480 relatos na modalidade dedos de prosa, sendo, respectivamente 60 trabalhos 96 trabalhos na temática de Atenção Nutricional do SUS. As experiências apresentadas em ambas as Mostras proporcionaram ricas discussões sobre a organização da atenção nutricional, trazendo reflexões sobre as necessidades dos usuários, profissionais de saúde e gestores. A educação alimentar e nutricional foi um dos recursos mais utilizados como estratégia para enfrentamento dos problemas identificados pelos profissionais de saúde.

Os ambientes coletivos têm grande influência nas escolhas alimentares e na qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, entre suas ações o MS assinou termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) com o objetivo da promoção da alimentação saudável nas escolas da rede privada de ensino. O termo resultou na elaboração de um manual, um curso de educação à distância e um site sobre cantinas saudáveis. O site www.cantinassaudaveis.com.br está disponível e se configura em um espaço de trocas de experiências e informações para toda a comunidade escolar.

Desde 2007 foram realizados uma série de acordos voluntários com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para melhoria do perfil nutricional dos produtos alimentícios. Foram firmados: a) compromisso para eliminação das gorduras trans do mercado (2007); b) compromisso para redução do sódio dos produtos (2011; 2013; 2014). Está em discussão a necessidade pactos para a redução do açúcar em alimentos processados.

Em relação à regulação da publicidade de alimentos, em 2006 foi publicada a Lei nº 11.265/2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos (NBCAL). Esse normativo é de suma importância para a proteção das crianças brasileiras e aguarda sanção presidencial.

A ANVISA, em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, desenvolveu a Campanha de Redução do Consumo de Sal. Foram distribuídos cartazes, folders, etiquetas e faixas para gôndolas e prateleiras, além do desenvolvimento de hotsite para 81,1 mil lojas, envolvendo cerca de 25 milhões de consumidores por dia.

Por meio da Portaria nº 565, de 11 de maio de 2009, a ANVISA instituiu o Grupo de Trabalho de Educação e Saúde sobre Agrotóxicos (GESA), para elaboração de propostas e ações educativas com o objetivo de mitigar os impactos do uso de agrotóxicos na saúde da população. Foram elaborados livros, cartilhas e vídeos para produtores rurais sobre produção agropecuária sustentável, chamados “Trilhas do Campo”, visando a implementação de ações e

estratégias para o uso racional de agrotóxicos e o incentivo aos sistemas orgânicos de produção ou outros sistemas produtivos alternativos ao uso de agrotóxicos.

Recentemente, foi publicada uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

Em outubro de 2013, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo tema foi Saúde, Ciência e Esporte, realizada em Brasília/DF, realizando ações de Educação Alimentar e Nutricional com estudantes da educação básica e outros visitantes, por meio de orientação pedagógica para consumo de uma alimentação saudável, utilizando réplicas de alimentos e distribuição de folderes educativos.

c) Agenda com entidades da sociedade civil

A rede **Ideias na Mesa divulga e dá visibilidade a iniciativas da sociedade civil visando apoiar/estimular experiências a sociedade civil a atuar nos componentes da alimentação, da nutrição e do consumo saudável**. O último bate-papo (hangout), realizado dia 28 de agosto de 2014 teve como tema “novas Iniciativas em EAN” e contou com a participação do Movimento Slow Food, Fechando o Zíper, Favela Orgânica e Do Campo à Mesa. As revistas também divulgam estas iniciativas. A terceira edição teve com tema alimentos orgânicos e divulgou iniciativas como o mapa de feiras orgânicas do IDEC e Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

O MDS, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com apoio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), está desenvolvendo estratégias para estimular e favorecer escolhas alimentares adequadas e sustentáveis entre os jovens por meio de mídias sociais, na perspectiva do consumo alimentar como uma ação política. O projeto prevê a **parceria com organizações da sociedade civil da juventude**.

Desde 2009, o Ministério da Saúde realiza parceria com a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – IBFAN (International Baby Food Action Network) que é uma rede formada por mais de 270 grupos de ativistas espalhados por cerca de 168 países e que atua há mais de 30 anos para a melhoria da nutrição e saúde infantis. A IBFAN tem como objetivo coordenar os esforços de proteção ao aleitamento materno, compartilhar informações e aumentar a consciência mundial sobre a importância da amamentação e os perigos potenciais da alimentação artificial na infância. No acordo com O MS, a Rede IBFAN Brasil, apoia o MS na formação de profissionais para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, bem como colaborar na elaboração de materiais.

d) Agenda voltada as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais – PCT

Por meio da Chamada CNPq/MDS-SESAN N^o 027/2012 estão sendo *apoiadas ações de EAN que reconhecem e valorizam os saberes populares de povos e comunidades tradicionais* como o projeto **“EAN em comunidades quilombolas com insegurança alimentar: resgate da cultura alimentar, promoção da alimentação saudável e da exigibilidade do Direito Humano a Alimentação”**, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As 106 famílias envolvidas no projeto pertencem a duas comunidades quilombolas do estado (Passo

do Lourenço, Canguçu/RS, e Algodão, Pelotas/RS). As ações de EAN planejadas de maneira intersetorial, com envolvimento de equipes da Estratégia da Saúde da Família, reuniões com Secretarias da Saúde, Assistência Social e Desenvolvimento Rural, visam valorizar práticas alimentares tradicionais, respeitando a cultura alimentar e estimulando à promoção da alimentação saudável por meio de oficinas culinárias e formação de multiplicadores e o fomento e fortalecimento da exigibilidade ao direito humano à alimentação adequada.

Em 2011, o MS instituiu, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta que entre seus objetivos prevê contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações do campo e da floresta, incluindo articulações intersetoriais para promover a saúde, envolvendo ações de saneamento e meio ambiente, especialmente para a redução de riscos sobre a saúde humana. No plano do trabalho, além da ampliação do acesso aos serviços de saúde, estão previstas ações de promoção da alimentação adequada com base no Guia Alimentar para a População Brasileira. Em 2009, o FNDE estabeleceu na Lei nº 11.947, as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação escolar, onde foi incluído que a alimentação escolar deve respeitar a **cultura**, as **tradições** e os hábitos alimentares, e apoiando o desenvolvimento sustentável – priorizando as comunidades remanescentes de **quilombos**. Em 2013, o FNDE, iniciou discussões sobre essa temática por meio da instituição de um Grupo de Trabalho (GT) que trata da alimentação escolar para povos e comunidades tradicionais. Este GT tem como objetivo do GT é analisar e propor o emprego da alimentação adequada e saudável dos escolares dessas comunidades, além de subsidiar as discussões, no âmbito da Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar - CGPAE, sobre o direito à alimentação escolar quilombola, visando garantir a segurança alimentar e nutricional desses alunos. Nos estados em que houve encontros técnicos do PNAE e que possuem atendimento de alimentação escolar para povos e comunidades tradicionais, esse tema foi abordado, de forma a auxiliar os gestores, nutricionistas e conselheiros de alimentação escolar a atuar face esses contextos.

4. Principais desafios da agenda pública de Educação Alimentar e Nutricional

Pode-se afirmar que o Marco de Referência foi fundamental para a integração de diferentes setores nesta temática e para a expansão de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para além dos setores de Saúde e Educação. Atualmente, os Estados e Municípios tem orientação e um conjunto de ferramentas para implementar as ações. No entanto, um dos principais desafios é ampliar a cobertura destas iniciativas a fim de alcançar toda a população acompanhada pelas políticas sociais.

Outras frentes necessárias para avançar nesta temática são:

- a. Expandir a formação de outros profissionais visando a valorização e atualização da abordagem da temática EAN nos diferentes cursos de profissionais que possuem interface com a Segurança Alimentar e Nutricional (enfermagem, agronomia, medicina, psicologia, assistência social), com vistas a promover uma abordagem transdisciplinar e com atuação multiprofissional, desafio ressaltado na IV Conferência de SAN + 2;

- b. Manter um calendário permanente de realização de campanhas de informação e mobilização social;
- c. Ampliar as ações voltadas as especificidades de povos e comunidades tradicionais, incluindo o desenvolvimento de referenciais teóricos, instrumentos e processos adequados aos dos diferentes povos, etnias, povos e comunidades tradicionais e processos permanentes de EAN para este público;
- d. Expansão de estratégias de EAN nas redes sociais;
- e. Ampliar o apoio a entidades da sociedade civil; e
- f. Institucionalizar processos de monitoramento e avaliação das ações de EAN.

Anexo 1 – Propostas selecionadas por meio da Chamada CNPq/MDS-SESAN N º 027/2012 fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão de Educação Alimentar e Nutricional.

	INSTITUIÇÃO DO PROPONENTE	UF
1.	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ
2.	USP – Universidade de São Paulo	SP
3.	ISC-UFBA - Instituto de Saúde Coletiva	BA
4.	UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ
5.	UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP
6.	UFPA - Universidade Federal do Pará	PA
7.	UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo	SP
8.	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	MG
9.	UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	BA
10.	UFS - Universidade Federal de Sergipe	SE
11.	FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz	RJ
12.	UECE - Universidade Estadual do Ceará	CE
13.	UFPR - Universidade Federal do Paraná	PR
14.	UNB - Universidade de Brasília	DF
15.	UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos	SP
16.	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	MG
17.	UFPR - Universidade Federal do Paraná	PR
18.	UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ
19.	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	MG
20.	UFV - Universidade Federal de Viçosa	MG
21.	UFBA - Universidade Federal da Bahia	BA
22.	UFC - Universidade Federal do Ceará	CE
23.	UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	MG
24.	UFG - Universidade Federal de Goiás	GO
25.	UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	RN
26.	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ
27.	UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP
28.	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
29.	USP - Universidade de São Paulo	SP
30.	UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	ES
31.	UNB - Universidade de Brasília	DF
32.	UFAL - Universidade Federal de Alagoas	SP